

# Grupo de Cartagena cria um programa de emergência e rejeita Plano Baker

RIBAMAR OLIVEIRA  
Enviado especial

MONTEVIDÉU — A criação de um comitê de acompanhamento das dívidas externas dos países latino-americanos e a formulação de um plano de emergência para a região, em resposta ao Plano Baker, foram anunciadas ontem ao término da IV Reunião do Grupo de Cartagena, que se realizou nesta capital.

O comitê terá o objetivo de acompanhar a evolução dos quadros das dívidas externas dos países devedores da América Latina, assessorá-los em relação a questões técnicas que envolvem as negociações com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), acompanhar a implantação de um plano de emergência e sugerir alternativas se o plano falhar. O comitê será formado pelo Brasil, Argentina, México, Colômbia, Venezuela e Uruguai, sendo que a secretaria-executiva ficará com este último país. A composição do comitê mudará na próxima reunião do Grupo.

O plano de emergência, que é uma resposta do Grupo de Cartagena a uma proposta feita em Seul, na Coréia, pelo governo americano, propõe uma redução dos pagamentos dos juros das dívidas e a limitação das transferências líquidas de recursos dos países latino-americanos para as nações desenvolvidas no nível compatível com o crescimento eco-

nômico.

Sugeriu também que os bancos credores restabeleçam o seu fluxo de recursos para a região em quantidade suficiente para manter e compensar a inflação internacional, de tal forma que as dívidas externas desses países permaneçam congeladas em termos reais. O plano, que contém oito propostas, afirma ainda que o FMI deve reformular as condicionalidades de seus programas de ajustamento econômico, de tal forma que o crescimento econômico e a geração de emprego passem a ser a prioridade central de sua política. Pretende que o FMI compatibilize sua estratégia com a do Banco Mundial, que tem sido bem mais liberal com os países credores.

O comunicado oficial de cinco páginas divulgado ontem pelo Secretário da reunião de Montevidéu, Enrique Iglesias, Chanceler Uruguai, tem forte conotação política. Coloca como meta para a região a duplicação de sua renda per capita até o final desse século.

O comunicado oficial da reunião afirma por fim, que se "não for adotado o conjunto de medidas proposto, a Região se verá colocada em uma situação de gravidade extrema, que a obrigaría necessariamente a limitar suas transferências líquidas de recursos para evitar uma maior instabilidade social e política, que poderia reverter os processos de consolidação democráticos".